



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER
PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
FERNANDA SOLLBERGER CANALE

TRILHANDO CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO
PERMANENTE EM MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE, 2025

FERNANDA SOLLBERGER CANALE

TRILHANDO CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO
PERMANENTE EM MATO GROSSO DO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como item obrigatório para a
conclusão do curso de pós-graduação *lato
sensu* em Saúde Pública da Escola de
Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, sob
orientação da tutora Dra. Adriane Batiston
e co-orientação da Dra. Erika Ferri, na
modalidade de projeto de intervenção.

CAMPO GRANDE, 2025

Dedico este trabalho a minha família, que esteve ao meu lado nos desafios e conquistas, inspirando-me a seguir em frente, sendo minha base nesta jornada.

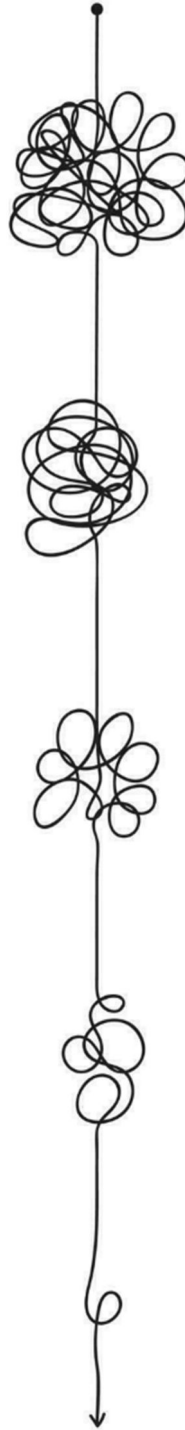
Agradeço aos amigos que fiz, pelo companheirismo que tornaram tudo mais leve. Agradeço também à direção da ESP/MS, pelo apoio e liberação, contribuindo para a realização de mais uma conquista na minha vida.

“As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo
melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos”.

(Rubem Alves)

Em uma harmonia com o título...

CAMINHOS TRILHADOS POR MIM DO INÍCIO AO FIM DA PÓS...



RESUMO

Canale, Fernanda Sollberger. Trilhando caminhos para o fortalecimento da educação permanente em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2025. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública). Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2025.

Introdução: O Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma profunda transformação na saúde pública brasileira, resultado de lutas sociais e políticas por direitos e equidade, especialmente no período pós-ditadura. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde de 1990 instituíram o SUS como direito universal e definiram seus princípios operacionais. A qualificação dos profissionais da saúde passou a ser elemento estratégico para a consolidação desse sistema, culminando na criação de políticas públicas como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), em 2004, que propõe a integração entre ensino e serviço para a melhoria contínua das práticas em saúde. A Educação Permanente em Saúde (EPS), entendida como processo pedagógico articulado ao cotidiano dos serviços, difere da capacitação pontual tradicional, ao propor mudanças significativas baseadas nos desafios do cotidiano enfrentados pelos profissionais. A criação de instituições como as Escolas de Saúde Pública (ESP) acompanha essa lógica, com a missão de promover formação, pesquisa, inovação e gestão do conhecimento. No Brasil, essas escolas têm um papel fundamental na articulação entre formação e necessidades do SUS, e a Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS) é uma das referências nesse cenário. Vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS), a ESP/MS oferece cursos de pós-graduação, programas de residência, e ações formativas voltadas ao fortalecimento da política de saúde estadual. No entanto, identificou-se como problema central o desconhecimento, por parte dos gestores e técnicos da SES/MS, sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que orienta as ações formativas no SUS. Soma-se a isso o baixo entendimento em relação às ações e a missão da ESP/MS, o que compromete a efetividade das estratégias de qualificação profissional e a integração entre os setores. **Objetivo:** Promover o fortalecimento do conhecimento e da utilização das ações e programas oferecidos pela Escola de Saúde Pública (ESP), orientado pela PNEPS, entre os gestores da Secretaria de Estado de Saúde, com o intuito de ampliar a qualificação contínua dos profissionais do SUS e, consequentemente, melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Percursos das ações: Inicialmente realizou-se um diagnóstico situacional, por meio da aplicação de um questionário estruturado nas superintendências da SES/MS para identificar o nível de compreensão dos profissionais sobre a PNEPS, o papel da ESP/MS e as formas de demanda por ações de qualificação. Na segunda etapa, com base nos dados coletados, foi elaborado um material educativo em linguagem acessível, no formato de *storytelling*. O conteúdo abordou a história da ESP/MS, seu papel institucional e os fundamentos da educação permanente. Na terceira etapa, o material foi disponibilizado via e-mail institucional para os setores participantes da pesquisa. Por fim, foi enviado de um novo formulário para aferir a compreensão do conteúdo e sua relevância. **Resultados e discussão:** Dos 13 respondentes, apenas 30,7% afirmaram conhecer o conceito de EPS, e 61,5% demonstraram compreensão superficial. A maioria (46,1%) associou a EPS a "capacitações pontuais", reforçando uma visão tradicional e instrucionista da formação em serviço. Quanto ao conhecimento sobre a PNEPS, 92,2% afirmaram desconhecer ou conhecer superficialmente a política, o que evidencia uma importante lacuna na apropriação de

seus fundamentos. Em contrapartida, todos os respondentes (100%) afirmaram já ter participado de ações formativas da ESP, o que demonstra vínculo com a instituição, ainda que restrito à oferta de cursos. A percepção do papel da ESP foi majoritariamente associada à promoção de capacitações, sendo raramente mencionadas ações estruturantes ou de apoio técnico-pedagógico. Apesar disso, 76,9% dos participantes declararam saber como acionar a ESP para demandas formativas, e 92,3% demonstraram interesse em receber materiais informativos sobre a escola e EPS. Entre os temas prioritários indicados estão prontuário eletrônico, segurança de dados, acolhimento, vigilância em saúde, emergências sanitárias e ampliação da oferta de cursos. A avaliação do vídeo educativo mostrou alta aceitação: 76,9% consideraram o conteúdo útil e 100% demonstraram interesse em receber mais materiais nesse formato. **Considerações finais:** O projeto revelou a persistência de uma compreensão limitada da EPS/MS entre os técnicos e gestores da SES/MS, marcada por uma concepção tradicional de educação continuada. O desconhecimento da PNEPS compromete sua aplicação como estratégia transformadora no SUS. A produção e veiculação de materiais educativos em formato acessível, como vídeos em *storytelling*, demonstrou potencial de ampliar a compreensão sobre a temática e fomentar o diálogo institucional. A intervenção marca o início de um processo contínuo de valorização da EPS como eixo estruturante das políticas de qualificação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde.

Descritores: Saúde Pública. Educação Permanente. Educação em Saúde. Política Pública. Política de Saúde

SUMÁRIO

1. IMPACTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA MINHA VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL	10
2. INTRODUÇÃO	11
3. OBJETIVOS.....	17
3.1. Objetivo geral	17
3.2. Objetivos específicos	17
4. PERCURSO DAS AÇÕES.....	18
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
6. IMPLEMENTAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. IMPACTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA MINHA VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

Ingressar na pós-graduação em Saúde Pública foi uma escolha difícil, voltar a ser aluna depois de tantos anos não foi uma escolha simples, mas o desejo de aprofundar meu entendimento sobre os caminhos históricos e os fundamentos que estruturam o Sistema Único de Saúde foi mais forte.

Mais do que fazer mais um curso, eu buscava uma vivência capaz de provocar transformações reais na minha forma de atuar como gestora e educadora. Atuando na gerência de educação permanente da escola de saúde pública estou diretamente envolvida com processos formativos que impactam nos serviços e nos profissionais de saúde. Sentia, portanto, a necessidade de vivenciar a experiência que, tantas vezes, sou responsável por planejar para o outro.

Além dos conteúdos fundamentais sobre saúde pública, determinantes sociais, as diversas vigilâncias, direitos e políticas públicas, fui atraída pela proposta pedagógica do curso, centrada na metodologia ativa. Queria experimentar, na pele, o que significa ser protagonista do próprio processo de aprendizagem. Desde o primeiro módulo, percebi que essa metodologia não apenas mobiliza o conteúdo teórico, mas convida à reflexão crítica, à escuta ativa, ao trabalho em grupo e à valorização das vivências e saberes de cada estudante. Essa abordagem nos desafia a sair do lugar comum, do ensino tradicional, e nos convida a problematizar as práticas à partir da realidade do cotidiano.

Ao longo dos 13 encontros presenciais, vivenciamos uma verdadeira travessia. A cada mês, uma emoção diferente tomava conta de mim, ora entusiasmo, ora angústia, ora cansaço, ora renovação. Conciliar as múltiplas demandas do trabalho com os estudos exigiu disciplina, coragem e, sobretudo, resiliência. Não foram poucos os percalços no caminho: desligar a cabeça do trabalho, o acúmulo de tarefas, a maneira diferente de aprender a pensar, prazos apertados, cansaço físico e, principalmente, mental. Mas mesmo diante das dificuldades, jamais me senti sozinha. Nossa turma foi um presente. Um grupo diverso, comprometido, acolhedor, que compartilhou medos, sorrisos, aprendizados e conquistas. Essa rede de apoio e afeto foi essencial para seguir adiante.

Essa convivência com colegas de diferentes regiões, formações e histórias de vida ampliou meu olhar sobre o SUS e suas múltiplas realidades. Também me ajudou

a ressignificar minha própria atuação. A experiência como estudante me reconectou com a essência da educação permanente: aprender com o outro, no cotidiano, ouvir o outro, a partir das situações reais de trabalho. Levo comigo muitos aprendizados, mas principalmente o compromisso renovado com uma educação em saúde que seja crítica, transformadora e humanizada. Sigo mais consciente do meu papel na formação de trabalhadores, mais sensível às necessidades dos territórios e mais determinada a contribuir com um SUS mais equânime.

Pessoalmente, esse curso também foi um recomeço. Entre leituras, encontros, trocas e trabalhos em grupo, reencontrei meu propósito, meu entusiasmo e minha capacidade de sonhar com um sistema de saúde mais justo. A experiência de estar do outro lado, como estudante, agregou valores essenciais para quem trabalha com processos formativos. Essa pós-graduação não apenas me atualizou tecnicamente, mas me transformou profundamente. Sou grata por cada etapa desse percurso. Ao final, saio mais preparada, mais reflexiva, ouvindo mais o outro e, acima de tudo, mais comprometida com a missão pública que escolhi.

2. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) transformou de forma profunda a trajetória da saúde pública no Brasil, introduzindo novos princípios e diretrizes que não apenas reformularam a organização da gestão e o funcionamento dos serviços de saúde, mas também refletiram as demandas sociais do período. A criação do SUS ocorreu como resultado de intensas lutas políticas e sociais que marcaram o final de um longo período de ditadura civil-militar, caracterizado pela redução de direitos civis e coletivos. Com o fim desse regime, houve um esforço concentrado para restabelecer o controle social e ampliar os direitos da população, e o setor da saúde se beneficiou diretamente desse contexto (Menicucci, 2014).

Em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição Federal foi promulgada, estabelecendo a saúde como um direito universal e um dever do Estado. Essa Constituição forneceu a base legal para a criação do SUS. Dois anos depois, em 19 de setembro de 1990, a Lei Federal nº 8.080, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, foi sancionada, detalhando os mecanismos necessários para a promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil, 1990). Essa lei estabeleceu a organização e o funcionamento dos serviços de saúde, sendo um pilar fundamental das políticas de saúde até os dias de hoje (Menicucci, 2014).

A criação do SUS e a configuração da área de recursos humanos em saúde não ocorreram isoladamente, diversos eventos históricos influenciaram diretamente essas mudanças. Na década de 1970, por exemplo, houve o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em meio à crise do regime militar. Esse plano foi inovador, pois incluiu um capítulo voltado às políticas sociais, com ênfase especial na valorização dos recursos humanos. Em resposta a esse cenário, foi criado, em 1976, o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS), um acordo entre o governo brasileiro e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o qual buscava capacitar e qualificar os profissionais de acordo com as demandas específicas dos serviços de saúde, fortalecendo a infraestrutura de recursos humanos no setor (Castro, 2008).

A década de 80, por sua vez, trouxe avanços ainda mais significativos, foi quando surgiu a necessidade de qualificar os profissionais de saúde para atender às demandas de um sistema amplo e descentralizado, com a criação de dois importantes projetos: o Projeto de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e

Elementar para os Serviços de Saúde, popularmente conhecido como Projeto Larga Escala, e o Projeto de Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde (CADRHU). Esses projetos foram estruturados à partir dos pressupostos da Educação Permanente, uma abordagem pedagógica que busca a transformação das práticas profissionais por meio do aprendizado no ambiente de trabalho (Castro, 2008).

Em 2003, a educação em saúde passou a ter um caráter de política pública com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Através do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), a SGTES é responsável por políticas voltadas para a formação e para a educação permanente dos trabalhadores do SUS (França; Magnago, 2019). Em 2004, o Ministério da Saúde instituiu, por meio da Portaria nº 198, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que se tornou a principal estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de seus trabalhadores da saúde (Brasil, 2006).

O SUS se coloca como um espaço de aprendizagem para estudantes de diversos níveis educacionais, seja ele técnico, graduação e pós-graduação. Entendendo-se que o processo de ensino e aprendizagem em saúde demanda a participação ativa de todos os atores que compõem o sistema de saúde, incluindo gestores, trabalhadores, estudantes e a população (Barcelos, 2020).

A PNEPS tem como premissa a integração entre ensino e serviço, promovendo a qualificação contínua dos profissionais com base nas necessidades do SUS e da população. Seu objetivo central é transformar as práticas de trabalho por meio da aprendizagem significativa, baseada na realidade dos serviços de saúde e na troca de experiências entre os profissionais, ela é baseada no conceito de Educação Permanente, entendida como um processo pedagógico que promove a integração entre ensino, ações e serviços de saúde, com foco na realidade local/regional (Brasil, 2006).

A Educação Permanente vai além da simples capacitação profissional, é um processo de aprendizagem que se incorpora ao cotidiano de trabalho, favorecendo a transformação das práticas e a adaptação às necessidades de saúde da população (Brasil, 2006).

Em 2017, o Ministério da Saúde instituiu, por meio da Portaria nº 3.194, o

Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PROEPS-SUS). Esse programa destinou recursos financeiros e orientou a elaboração dos Planos Estaduais de Educação Permanente, visando estimular a qualificação dos profissionais de saúde e a transformação das práticas em alinhamento com os princípios do SUS. Entre os objetivos do PROEPS-SUS, destacavam-se o estímulo à formação e ao desenvolvimento dos trabalhadores a partir dos problemas enfrentados no cotidiano dos serviços de saúde e a promoção da Educação Permanente em Saúde (EPS) como ferramenta de qualificação (Brasil, 2018).

Ceccim e Feuerwerker (2004), relatam que qualquer processo educativo para adultos, que tem a pretensão de ser efetivo, deve ser mediante identificação da necessidade dos educandos. Trazem ainda a concepção da EPS, onde os processos de qualificação de profissionais da área da saúde devem ser estruturados a partir da problematização dos processos de trabalho. Baseado nesse conceito, as atividades de qualificação desses profissionais devem ser norteadas pelas demandas identificadas durante o exercício de suas práticas profissionais, “tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas, da gestão setorial e do controle social em saúde”.

Diferente da educação tradicional, que é pontual e desvinculada da prática, a EPS busca integrar o aprendizado ao cotidiano dos trabalhadores, oferecendo a oportunidade de refletir e modificar suas práticas enquanto ainda estão em ação. Ela promove a formação crítica e integrada aos desafios reais encontrados nos serviços de saúde, ao mesmo tempo que respeita e valoriza o conhecimento prático dos profissionais (Jesus, 2022).

No contexto do SUS, a EPS não é apenas uma estratégia educativa, mas uma ferramenta de gestão, que deve ser planejada e executada com a participação ativa dos trabalhadores, gestores e técnicos de saúde (Jesus, 2022).

As atividades de educação permanente em saúde não são somente de capacitações e/ou treinamentos, mas da construção de conhecimentos, vinculando horizontal, intersetorial e interdisciplinarmente, priorizando a relação ensino-aprendizagem focada na análise crítica e nas discussões do cotidiano dos serviços, deixando claro que o ponto inicial são os problemas da realidade cotidiana (Sobreira, 2022).

O surgimento das escolas de saúde pública está relacionado às transformações sanitárias, sociais e científicas ocorridas no início do século XX. Internacionalmente, as escolas vêm como resposta aos desafios das condições precárias da saúde nas populações urbanas, impulsionadas pelos avanços da microbiologia, da epidemiologia e pela consolidação do modelo biomédico. Em 1916, nos Estados Unidos a fundação da *Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health* se destacou na institucionalização da saúde pública como campo científico e formativo. Já na Europa, no mesmo papel, podemos citar as escolas: *London School of Hygiene e Tropical Medicine*. (Pontes, 2023)

No Brasil, o movimento de criação das escolas de saúde pública ganhou força nas décadas de 1920 e 1930, atrelado às reformas sanitárias conduzidas por instituições como o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e a Fundação Rockefeller. Um marco importante foi a criação da Escola de Saúde Pública do Rio de Janeiro, em 1926, posteriormente incorporada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Essas iniciativas buscavam qualificar profissionais para atuar no enfrentamento de doenças endêmicas e na organização dos serviços de saúde, com ênfase nas ações preventivas (Batista, 2019).

As Escolas Saúde Pública (ESP) configuram-se como instâncias estratégicas no âmbito do SUS, ao integrarem funções pedagógicas e de gestão voltadas para a formação em saúde. Seu papel ultrapassa a oferta educacional, abrangendo a formulação, a coordenação e o acompanhamento de políticas públicas relacionadas à qualificação de profissionais, à produção de conhecimento e à regulação dos espaços de prática, como estágios e residências. Entre suas atribuições estão a condução de programas de pós-graduação *lato sensu*, a gestão de residências médicas e multiprofissionais, o desenvolvimento de tecnologias educacionais e a estruturação de processos formativos alinhados às necessidades locais (Pontes, 2020).

Nesse contexto, as ESP possuem potencial para exercer protagonismo na gestão estadual, contribuindo de forma decisiva para o aprimoramento da organização dos serviços, o enfrentamento das mudanças no perfil epidemiológico e a melhoria das respostas institucionais. Valorizar e fortalecer sua atuação significa, portanto, qualificar a capacidade de gestão e intervenção dos estados na formulação de políticas de saúde mais eficazes e contextualizadas (Pontes, 2020).

A Educação em Saúde, campo que envolve a integração entre ações de saúde e educação, continua a ser um desafio complexo, e nem sempre é compreendida em toda a sua importância. Assim, a capacitação dos trabalhadores do SUS é um dos grandes desafios enfrentados pelo sistema (Brasil, 2021).

A Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS), vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS), foi criada em 1989 e tem a missão de planejar e desenvolver atividades de formação, qualificação, pesquisa e extensão dos trabalhadores da Saúde Pública, baseadas na educação permanente.

No organograma da SES, está vinculada à Superintendência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES), conta em sua estrutura organizacional com: Gerência de Formação e Acompanhamento Pedagógico (GFAP), Gerência de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde (GEPAS), Gerência de Pesquisa, Extensão e Inovação em Saúde (GPEIS), Gerência Administrativa e Financeira (GAF) e Secretaria Acadêmica (SA), totalizando um quantitativo de dezessete profissionais.

Um marco significativo para a instituição foi o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação de MS (CEE/MS), em 2018, que possibilitou, desde então, que a ESP/MS emitisse certificados para cursos de pós-graduação *lato sensu* na Saúde Coletiva, como: Saúde Pública, Saúde Mental e Atenção Psicossocial, e Saúde do Trabalhador. Além das especializações, a Escola oferta cursos de aperfeiçoamento e cursos livres, sempre ancorada pela PNEPS.

A instituição também apoia e coordena programas de Residência em Saúde multiprofissional, uniprofissional e médica, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e outras organizações, complementando a formação nos cenários de prática apropriados.

A ESP/MS busca promover a inovação e a produção tecnológica, atendendo às necessidades locais, com o objetivo de fortalecer e efetivar os princípios do SUS no Estado, à medida em que se configura também como uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT).

A Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser tem se consolidado como uma peça-chave estratégica na formulação de políticas de educação permanente em

saúde, buscando superar desafios e aproveitar oportunidades de colaboração para avançar em sua missão de promover e gerar mudanças na saúde pública. Com um olhar voltado para o futuro, continua a se adaptar e a evoluir para enfrentar as complexidades do ambiente de saúde pública atual, enquanto se mantém fiel aos princípios e valores que orientam sua atuação e ao seu compromisso com o fortalecimento de um SUS universal e de qualidade para o país.

Identificou-se como o problema para realização deste projeto de intervenção (PI) a falta de conhecimentos das áreas técnicas da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS) a respeito do trabalho oferecido, das ações e da missão da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS).

Ressalta-se também o desconhecimento a respeito da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, criada em 2004, que orienta todas as ações da ESP/MS. Mas este diagnóstico são dados de corredores, o que torna esse levantamento o ponto focal deste PI.

A qualificação contínua dos profissionais de saúde é fundamental para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando a complexidade dos desafios enfrentados pelos serviços de saúde no Brasil. A ESP/MS oferece cursos e programas voltados para o desenvolvimento e a capacitação dos trabalhadores da saúde no estado do Mato Grosso do Sul.

No entanto, para que essas ações sejam efetivamente implementadas e aproveitadas, é essencial que os gestores da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS) possuam um entendimento claro das oportunidades disponíveis e da importância dessas iniciativas para a melhoria dos serviços.

Com os resultados desse projeto de intervenção (PI), espera-se contribuir para o aprimoramento das estratégias de comunicação e integração entre a SES/MS e a ESP/MS, facilitando o acesso e o aproveitamento das oportunidades de qualificação oferecidas.

Dessa forma, o PI pode auxiliar na promoção de um sistema de saúde mais eficiente e melhor capacitado, em consonância com os princípios fundamentais do SUS.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Promover o fortalecimento do conhecimento das ações e programas oferecidos pela Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS) entre os gestores e técnicos da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS), com o intuito de ampliar a qualificação contínua dos profissionais do SUS baseado na PNEPS e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

3.2. Objetivos específicos

- Desenvolver diagnóstico sobre o nível de conhecimento dos gestores e técnicos da SES/MS sobre a ESP/MS e o conceito de EPS, identificando lacunas e necessidades específicas que possam ser abordadas nas estratégias de educação.
- Elaborar materiais informativos e de sensibilização sobre a ESP/MS
- Elaborar materiais informativos e de sensibilização sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)

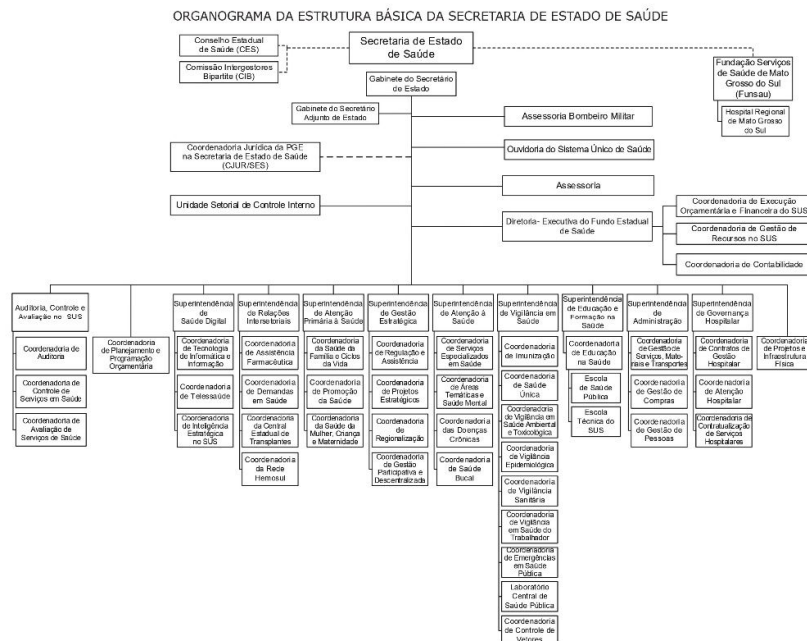
4. PERCURSO DAS AÇÕES

Este projeto de intervenção (PI) foi desenvolvido no contexto da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul e na Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, com o objetivo de fortalecer o entendimento de gestores e técnicos sobre o conceito de educação permanente em saúde, bem como o papel da Escola de Saúde Pública (ESP) diante das demandas apresentadas por esses profissionais. O percurso das ações para a realização de projeto de intervenção foi estruturado em quatro etapas:

1.Diagnóstico situacional: No mês de janeiro de 2025, foi aplicado um questionário estruturado como instrumento de diagnóstico inicial. Com base no organograma da Secretaria Estadual de Saúde, DECRETO Nº 16.232, DE 7 DE JULHO DE 2023 (foto 1). Foram entregues 03 (três) formulários em cada superintendência/coordenadoria, sendo elas:

1. Auditoria, Controle e Avaliação no SUS
- 2.Coordenadoria de Planejamento e Programação Orçamentária
- 3.Superintendencia de Saúde Digital
- 4.Superintendencia de Relações Intersetoriais
- 5.Superintendencia de Atenção Primária à Saúde
- 6.Superintendencia de Gestão Estratégica
- 7.Superintendencia de Atenção à Saúde
- 8.Superintendencia de Vigilância em Saúde
- 9.Superintendencia de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
- 10.Superintendencia de Administração
- 11.Superintendencia de Governança Hospitalar
- 12.Coordenadoria de Projetos e Infraestrutura Física

ANEXO DO DECRETO Nº 16.232, DE 7 DE JULHO DE 2023.



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>

Foto 1: Organograma da Estrutura Básica da Secretaria de Estado de Saúde.

Foram excluídas: a superintendência onde está situada a ESP/MS, Superintendência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e as Coordenadorias de Planejamento e Programação Orçamentária e de Projetos e Infraestrutura Física.

O questionário teve como objetivo identificar o nível de compreensão sobre os conceitos de educação permanente em saúde, o conhecimento da PNEPS (Política Nacional de Educação Permanente em Saúde) e o papel institucional da ESP/MS dentro da SES/MS. Também foram incluídas perguntas sobre as formas pelas quais os setores demandam ações de educação permanente à escola.

Os dados obtidos foram compilados e analisados, servindo de subsídio para o planejamento da intervenção. A participação foi voluntária e anônima, garantindo assim a confidencialidade e imparcialidade das respostas.

2. Produção de material educativo: A partir das informações obtidas no diagnóstico, foi produzido um material de divulgação com linguagem acessível, no formato de *storytelling*. Foi usado a página <https://www.videoscribe.co> para desenvolvimentos dos vídeos educativos. O conteúdo abordou o conceito de educação permanente em saúde e a história e missão da ESP. Os vídeos foram

desenvolvidos pela própria autora deste PI, após aulas online da plataforma.

3. Disponibilização do conteúdo: O material foi enviado por e-mail institucional aos setores que receberam o questionário de diagnóstico situacional. E após apresentação final deste PI será publicado no canal oficial da ESP/MS no *YouTube*, garantindo acesso amplo e contínuo.

4. Avaliação da intervenção: Junto ao envio do material informativo foi enviado um formulário de avaliação. O objetivo foi verificar o grau de compreensão alcançado, a percepção sobre a relevância do conteúdo e se a ação contribuiu para esclarecer dúvidas. Essa etapa permitiu mensurar o impacto da intervenção e coletar sugestões de melhoria e continuidade.

Por se tratar de um projeto de intervenção, esta iniciativa não se encerra com a entrega do produto final. Ao contrário, representa o início de um processo contínuo de diálogo e articulação entre a Escola de Saúde Pública e os diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde, buscando consolidar uma cultura institucional voltada para a valorização da educação permanente como estratégia central para o fortalecimento do SUS.

optou por “não sei definir”, o que sugere que todos associam a EPS a alguma forma de qualificação, mesmo que nem sempre de maneira correta.

O desconhecimento do conceito de Educação Permanente em Saúde (EPS) pode ser um dos fatores que contribuem para a persistência dos modelos tradicionais de capacitação, limitando seu impacto na transformação das práticas de trabalho no SUS (Silva, 2016).

A EPS se diferencia ao compreender a educação como um processo contínuo e integrado ao cotidiano do trabalho. No entanto, essa falta de compreensão do conceito e sua implementação, por vezes, fragmentada impedem que ele seja plenamente aproveitado, levando à repetição de metodologias instrucionais pouco eficazes. A ausência de políticas que fortaleçam a EPS e a predominância de abordagens gerencialistas também contribuem para a desvalorização do aprendizado organizacional, limitando a capacidade de mudança nos serviços de saúde (Jesus, 2022).

Quando questionados sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), observou-se um baixo nível de conhecimento. Apenas um, 7,6%, declarou conhecer a política, enquanto 6 (46,1%) afirmaram não conhecer, e outros 6 (46,1%) disseram ter ouvido falar, mas sem detalhes sobre seu conteúdo. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar a divulgação dos marcos normativos da EPS.

Segundo a PNEPS a aproximação entre os processos educativos e a vida cotidiana emerge do reconhecimento do potencial formativo presente nas experiências concretas do ambiente de trabalho. Essa concepção parte do pressuposto de que o trabalho, além de ser um espaço de produção de bens e serviços, é também um espaço privilegiado de aprendizagem. Em outras palavras, reconhece-se que é possível, e necessário, aprender no e com o trabalho (Brasil, 2018).

Essa abordagem propõe transformar as situações rotineiras em oportunidades pedagógicas, por meio da análise crítica e reflexiva dos problemas que surgem na prática, o que possibilita a resignificação do fazer profissional e o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas. Importante destacar que todos os profissionais, independentemente de sua formação, são compreendidos como sujeitos ativos no processo de produção de conhecimento e na construção de soluções para os desafios

do cotidiano, reafirmando a importância da educação permanente como estratégia transversal e inclusiva nos serviços de saúde (Brasil, 2009).

No que diz respeito à participação em atividades de educação permanente promovidas pela Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS), todos os 13 entrevistados (100%) relataram ter participado de alguma ação formativa promovida pela escola. Apesar da pouca clareza conceitual e normativa, essa interação demonstra um vínculo existente entre os setores e a ESP/MS, ainda que focado em atividades pontuais.

Para Pontes (2023), apesar dos desafios e limitações enfrentados pelas Escola de Saúde Pública ou Escolas do SUS, os trabalhadores das escolas têm demonstrado um compromisso contínuo com a qualificação do trabalho no SUS. Sua dedicação reflete a crença de que, mesmo diante das dificuldades, essas instituições desempenham um papel fundamental no fortalecimento do sistema de saúde, garantindo a formação e o aprimoramento dos profissionais que atuam na rede pública.

Na tabela abaixo podemos ver a opinião dos respondentes quando questionado sobre a sua percepção do papel da ESP/MS, as respostas enfatizaram sua atuação como ofertante de cursos e capacitações. Termos como “formação de profissionais para o SUS”, “qualificação da assistência”, “acesso a cursos de atualização”, “promoção de estudos” e “organização de eventos e palestras” foram mencionados pelos participantes. Apenas um deles afirmou não saber responder, o que indica que a maioria reconhece, de alguma forma, a função institucional da ESP/MS.

Oferta de cursos
Cursos de atualização
Não sei responder
Ela tem um papel essencial na formação de profissionais que vão atuar no sistema de saúde
Qualifica profissionais da saúde para atender melhor a população.
Ajuda a melhorar o atendimento no SUS, com os cursos de capacitação
Ensina o profissional de saúde como cuidar melhor da população
Promove estudos sobre novas formas de tratamento
Oferta cursos de pós graduação
Curso de pós graduação e atende os municípios do interior do estado onde não tem acesso a cursos de atualização
Organizar cursos e palestras na área da saúde
Atualiza a estudar a saúde do SUS
Faz pesquisas e oferece cursos, além de organizar de forma brilhante palestras. Tem um espaço físico bom, apesar de longe

Apesar dos avanços conceituais e normativos da Educação Permanente em Saúde (EPS), observa-se um descompasso entre a proposta da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e sua efetiva compreensão e aplicação por parte dos gestores e profissionais de saúde. Em muitos contextos institucionais, ainda prevalece uma visão fragmentada da formação em serviço, que associa educação apenas a treinamentos pontuais e desvinculados das necessidades concretas dos trabalhadores e dos serviços. Essa lacuna evidencia a fragilidade na apropriação dos princípios da PNEPS por parte das equipes gestoras, o que compromete sua implementação como estratégia transformadora das práticas e das organizações de saúde (Brasil, 2009).

Estudos indicam que muitos gestores desconhecem ou possuem entendimento limitado sobre a PNEPS, o que dificulta a criação de ambientes institucionais que favoreçam a aprendizagem crítica e colaborativa no cotidiano do trabalho. De acordo com Ceccim e Feuerwerker (2004), a educação permanente requer um compromisso político e institucional com a transformação dos modos de gerir, formar e cuidar. Sem esse alinhamento estratégico, as ações de formação tendem a se reduzir a respostas pontuais a lacunas operacionais, sem alcançar o potencial da EPS.

Esse cenário revela a necessidade urgente de ampliar o diálogo sobre a PNEPS dentro das estruturas gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a sensibilização e capacitação dos atores institucionais quanto aos seus fundamentos, diretrizes e metodologias.

Quanto ao conhecimento sobre os processos para solicitação de apoio/parceria da ESP/MS junto à área técnica da SES/MS, 10 participantes (76,9%) afirmaram saber como acionar a escola para demandas formativas, enquanto 2 (15,3%) disseram nunca ter precisado desse suporte. Apenas um entrevistado (7,6%) declarou não saber como proceder.

A maioria dos entrevistados (92,3%) demonstrou interesse em receber materiais informativos sobre EPS e o papel da ESP/MS, reforçando a necessidade de ampliar a divulgação institucional. Apenas um participante selecionou “Talvez”, e nenhum optou por “Não”.

Por fim, as respostas à questão aberta sobre temas prioritários para ações de EPS mostraram uma diversidade de respostas, incluindo prontuário eletrônico e segurança de dados, análise de indicadores de desempenho, qualidade da

assistência, valorização dos profissionais de saúde, resposta a emergências sanitárias, acolhimento e urgências obstétricas, cada um dentro do seu escopo de interesse. Além disso, foi mencionada a necessidade de ampliar a oferta de pós-graduações e cursos sobre temas diversos da saúde pública.

Prontuário eletrônico, segurança de dados na saúde
Indicadores de desempenho, análise de dados para melhoria do SUS
Qualidade do atendimento
Qualificação profissional, bem-estar dos trabalhadores da saúde
Emergências sanitárias. A escola poderia estar mais próxima da vigilância
Todos os temas na área da saúde
Acolhimento e hemorragias obstétricas
Oferecer cursos todos os meses em diversos assuntos da saúde
Outras pós graduação

Os resultados evidenciam uma lacuna no entendimento conceitual a respeito da Educação Permanente em Saúde por parte dos gestores e técnicos da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS). Apesar de mais da metade dos respondentes afirmarem conhecer ou parcialmente conhecer o conceito de EPS, a análise qualitativa das respostas revela que a maioria ainda associa a EPS a práticas tradicionais de educação continuada, como cursos, capacitações pontuais e treinamentos periódicos.

Esse dado é relevante, e vai de encontro a diversos trabalhos que demonstram a persistência de uma visão fragmentada da formação em serviço, dissociada da lógica da aprendizagem significativa no processo de trabalho, conforme orienta a PNEPS. A compreensão da EPS como “cursos obrigatórios” ou “atualização profissional” sugere a reprodução de práticas de ensino centradas na transmissão vertical de conteúdo, em detrimento de estratégias dialógicas e problematizadoras, que visam transformar a realidade concreta do trabalho em saúde (Jesus, 2022).

O desconhecimento da PNEPS por 92% dos respondentes (que declararam não conhecer ou conhecer apenas superficialmente) reforça essa constatação. A política, que deveria ser a diretriz norteadora das ações formativas na saúde pública, ainda é pouco difundida entre os próprios gestores. Esse desconhecimento fragiliza EPS como estratégia transversal de educação em saúde.

Por outro lado, o fato de todos os participantes declararem já ter participado de ações promovidas pela ESP/MS demonstra que a escola se mostra presente na oferta de ações formativas, ainda que seu papel institucional não esteja plenamente

compreendido. Essa contradição revela um uso passivo da escola, como simples ofertante de cursos, sem que haja uma apropriação crítica de sua função estruturante no campo da formação permanente dos trabalhadores do SUS.

As respostas à pergunta sobre o papel da ESP/MS refletem essa visão parcial: predominam menções à “oferta de cursos”, “atualização de profissionais” e “qualificação da assistência”. Embora corretas, tais respostas demonstram uma compreensão limitada do escopo de atuação da ESP, que inclui também o apoio técnico-pedagógico à construção de projetos locais de EPS, a articulação com os territórios, e o fortalecimento das redes de aprendizagem no SUS.

Outro ponto importante diz respeito à solicitação de apoio à ESP: embora 10 respondentes relatem saber como acionar a escola, as respostas abertas indicam insegurança quanto ao processo. Isso aponta para a necessidade de institucionalizar fluxos claros e acessíveis, bem como de fortalecer a comunicação entre a escola e os setores demandantes.

O interesse quase unânime em receber materiais explicativos reforça o diagnóstico de que os gestores e técnicos desejam compreender melhor a EPS e o papel da ESP. Isso justifica plenamente a proposta de produção e divulgação de materiais educativos em formato acessível, como vídeos explicativos no estilo *storytelling*.

A diversidade de temas sugeridos para ações de EPS, que vão desde gestão da informação e vigilância em saúde até acolhimento e bem-estar do trabalhador, evidencia uma demanda que precisa ser organizada e pactuada com base nas necessidades reais do território e nos princípios da PNEPS.

Para Andrade-Matos e Cavalcante (2023), a prática do *storytelling* é um elemento essencial da experiência humana, permitindo que histórias sejam compartilhadas e aprofundem as relações interpessoais. No contexto da saúde, as narrativas desempenham um papel significativo ao possibilitar se estabeleça conexões simbólicas com o conteúdo explorado, ressignificando esses espaços a partir de suas vivências e memórias individuais. No entanto, a efetividade das narrativas depende da receptividade e engajamento dos ouvintes.

O desenvolvimento dos vídeos em formato *storytelling* foi feito a partir de estudos e aulas rápidas assistidas pelo *youtube* para que a autora pudesse aprender como desenvolver o vídeo. Abaixo o *link* dos vídeos, para acesso.

Storytelling EPS - <https://youtu.be/ONA1QkMq-to>

Storytelling ESP/MS - <https://youtu.be/2l9RrkqoZ8l>

Os dois vídeos foram enviados no e-mail dos setores que responderam os questionários e ao perguntar o que acharam desse tipo de informação, neste formato, 76,9% responderam sim para “o conteúdo foi útil” e 100% responderam que “sim, gostaria de receber mais deste tipo de conteúdo”.

Para Dote, Silva e Carneiro (2023) “a imaginação é um elemento importante no universo do *storytelling*, uma vez que é responsável pela construção das imagens da história na mente tanto de quem conta quanto de quem ouve”.

6. IMPLEMENTAÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO

Este projeto foi desenvolvido com a intensão de aprimorar o processo de trabalho da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS), mais especificamente da Gerencia de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde, a qual faço parte, à partir da identificação de dificuldades na compreensão e aplicação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) por gestores e técnicos da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul. Sua estrutura foi organizada em etapas integradas à rotina da ESP/MS, buscando impactar positivamente as práticas de gestão e fortalecer a cultura organizacional.

A primeira fase da intervenção envolveu a aplicação de um questionário estruturado, com o objetivo era avaliar o conhecimento sobre Educação Permanente em Saúde (EPS), da PNEPS e o papel da Escola de Saúde Pública (ESP/MS) no suporte às ações formativas. Para garantir adesão, em um primeiro momento o questionário foi enviado por e-mail, com prazo flexível para resposta, respeitando o ritmo dos setores, porém não houve sucesso nessa ação sendo necessário e orientado pela tutora que fosse pessoalmente nos setores.

Com base nas informações coletadas, foi desenvolvido um material educativo utilizando a técnica de *storytelling*, garantindo uma abordagem acessível e envolvente. Os vídeos produzidos apresentaram os conceitos fundamentais da EPS e o papel da ESP/MS no apoio às iniciativas formativas do SUS no estado. Em complemento, foi criada uma estratégia de comunicação institucional para reforçar o impacto da iniciativa. O link do vídeo foi enviado por e-mail aos setores que participaram da pesquisa, acompanhado de uma breve explicação sobre a ação e um convite à reflexão sobre a incorporação da EPS no planejamento e execução das atividades dos setores. Também foi disponibilizado um formulário de avaliação para medir a clareza e a relevância do conteúdo compartilhado. O conteúdo posteriormente será disponibilizado no canal oficial da escola, no *YouTube*, permitindo acesso contínuo e gratuito aos servidores da SES/MS.

A inserção desse material na rotina institucional tem como objetivo estimular uma reflexão crítica e sensibilizar os profissionais sobre a importância de integrar práticas pedagógicas ao trabalho cotidiano, valorizando a troca de experiências e a transformação contínua dos processos. O projeto busca consolidar a EPS como um pilar estratégico na gestão do trabalho em saúde, indo além de ações pontuais.

A continuidade do projeto é assegurada pela ampla disponibilização do material e pelo crescente envolvimento dos profissionais, impulsionando novos temas.

Há ainda o compromisso da Gerencia de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde em continuar com o desenvolvimento dos vídeos no modelo *storytelling* com temas relacionados à PNEPS, assuntos mais aprofundados da ESP, aulas com mais conteúdo sobre educação permanente, divulgar mais sobre o SUS e sua história, mas que sejam produzidos por profissionais da área da comunicação e marketing, onde a qualidade pode ser melhorada e os objetivos melhores alcançados, pois estes foram feitos pela própria acadêmica a fim de cumprir com o papel de autora do PI.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação em Saúde é reconhecida como uma área estratégica para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, mesmo sendo valorizada pelos gestores, frequentemente não recebe a devida centralidade nas pautas institucionais, devido a entraves relacionados à atenção assistencial, à falta de conhecimento e às limitações orçamentárias. Diante desse cenário, persiste o desafio de evidenciar como as iniciativas educacionais influenciam na transformação das práticas em saúde e, por consequência, na qualidade das respostas ofertadas pela gestão aos usuários do sistema.

A apresentação do projeto de intervenção representa um marco na minha vida pessoal e, principalmente, na minha vida profissional em busca pela qualificação dos processos de trabalho da ESP/MS. No entanto, seu verdadeiro potencial só será alcançado se as ações propostas forem integradas de maneira contínua à rotina institucional. A Educação Permanente em Saúde (EPS) não pode ser vista como um evento isolado, mas sim como um compromisso constante com o aprimoramento profissional e organizacional.

Para que o projeto não acabe nesta ação, é essencial estruturar um plano de continuidade, garantindo que a EPS/MS seja incorporada ao planejamento estratégico das áreas técnicas da SES/MS. Algumas iniciativas podem fortalecer esse movimento, tornando-se parte da cultura organizacional.

Deixo algumas sugestões em minhas considerações finais, como a expansão dos materiais educativos. Além do vídeo produzido, é possível desenvolver novos conteúdos em formatos diversos, como infográficos, *podcasts* e painéis interativos. Essa diversidade permitirá que os profissionais acessem informações de maneira dinâmica e flexível.

Sugiro que seja incorporado indicadores de EPS nos processos de planejamento e avaliação institucional, possibilitando um acompanhamento mais preciso dos avanços obtidos, além de fortalecer a percepção sobre a importância da formação. Ações de sensibilização periódicas poderão ser desenvolvidas, como realizar rodas de conversa e encontros internos pode manter o tema da EPS presente no cotidiano dos profissionais, reforçando sua relevância e incentivando a participação ativa dos setores.

Como forma de medir a efetividade das ações, é fundamental aplicar novos questionários e formas de avaliação com os setores envolvidos, ajustando estratégias conforme necessário para garantir melhorias contínuas.

O desenvolvimento deste projeto teve a intensão de promover uma mudança na forma como o aprendizado é percebido. A Educação Permanente em Saúde deve ser vista como um eixo central da gestão do trabalho, atuando diretamente na qualificação dos servidores, na melhoria dos serviços oferecidos e na construção de um SUS mais eficiente.

É fundamental garantir suporte técnico para novas ações e ampliando a rede de conhecimento que sustenta essa transformação. Dessa forma, os setores não apenas terão acesso a conteúdos atualizados, mas também poderão contribuir ativamente para o desenvolvimento de estratégias que atendam às suas próprias necessidades.

A continuidade do projeto depende do engajamento institucional e da adaptação das propostas conforme as realidades dos setores. Para isso, algumas estratégias podem ser pensadas, como estabelecer um fluxo interno de comunicação, para que as informações sobre EPS sejam constantemente compartilhadas e acessadas; incentivar à participação dos profissionais da SES/MS na produção de conteúdos e no compartilhamento de boas práticas; fortalecimento da cultura organizacional em torno da aprendizagem, promovendo um ambiente que valorize o desenvolvimento dos servidores, com horários seguros de aprendizagem e compreensão da gestão da sua importância.

A Educação Permanente em Saúde deve ser vista como um instrumento estratégico para a melhoria contínua do SUS. Dessa forma, a intervenção proposta não se limitará a um diagnóstico inicial, mas sim servirá como ponto de partida para uma transformação maior, onde o aprendizado se tornará parte essencial do processo de trabalho, impulsionando mudanças positivas e garantindo impactos duradouros.

Diante dos resultados obtidos, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados. O diagnóstico permitiu identificar lacunas significativas no conhecimento dos gestores sobre a Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS) e sobre o conceito de Educação Permanente em Saúde (EPS), oferecendo subsídios concretos para a elaboração de materiais educativos mais direcionados. A produção e veiculação dos vídeos em formato de *storytelling* foram bem recebidas,

demonstrando ser uma estratégia eficaz para a sensibilização e o fortalecimento institucional. No entanto, observou-se certa resistência por parte de alguns setores durante a fase de aplicação dos questionários, com baixa taxa de retorno, o que revela a necessidade de estratégias mais assertivas de aproximação. Ademais, a experiência evidenciou que o desenvolvimento de conteúdos informativos, especialmente os voltados à comunicação institucional, deve preferencialmente ser conduzido por profissionais que compreendam o contexto, a linguagem e as especificidades do SUS, garantindo maior relevância, precisão e engajamento do público-alvo.

Foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (AI) neste PI para apoio na correção ortográfica e gramatical e sugestão de melhoria textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE-MATOS, M. B., CAVALCANTE, M. M. A relevância do *storytelling* para a percepção da autenticidade. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 17, e-2719, 2023.
- BARCELLOS, Rosilene M.S. et al. **Educação permanente em saúde: práticas desenvolvidas nos municípios do estado de Goiás**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.18, n.2, 2020.
- BATISTA, R. DOS S. Educação e propaganda sanitárias: desdobramentos da formação de um sanitarista brasileiro na Fundação Rockefeller. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 26, n. 4, p. 1189–1202, out. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 1990
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF. 2009. 64 p. Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2018
- CASTRO J. L. de. **Protagonismo Silencioso: a presença da OPAS na formação de Recursos Humanos em Saúde no Brasil**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2008.
- CECCIM, R. B.; FEUERWEKER, L. C. M. **O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social**. Interface. Comunicação, Saúde, Educação, v. 8, n. 14, p. 41–57, 2004.
- FRANÇA, T.; MAGNAGO, C.. Políticas, programas e ações de educação na saúde: perspectivas e desafios. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe1, p. 4–7, ago. 2019.
- JESUS, Josefa M.; Rodrigues, Waldecy. **Trajatória da Política Nacional de**

Educação Permanente em Saúde no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e001312201.

MENICUCCI, T. M. G.. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 77–92, jan. 2014.

PONTES, H. J. de C. **As escolas estaduais de saúde pública: contribuições pedagógicas e político-institucionais para o SUS.** Brasília, DF. Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2020. 96p. (CONASS Documenta; v.35).

PONTES, H. J. DE C.; CASTRO, J. L. DE .. As escolas de saúde do SUS: razões de ser e contribuições. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e230140pt, 2023.

SILVA, L. F. D e. **Plano de intervenção para o desenvolvimento de ações de educação permanente em saúde na escola em uma unidade de saúde da família do município campo grande- AL.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Estratégia Saúde da Família). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2016.

SOBREIRA, M. V. S. Reflexões sobre Educação Permanente em Saúde. **Revista Diálogos em Saúde Pública** , v. 1, p. 35-39, 2022.

DOTÉ, K. C.B.; SILVA E. L. da; CARNEIRO C. Uso do storytelling como processo de educação em saúde com idosas institucionalizadas. **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e473400, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i7.3400. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3400>. Acesso em: 9 jun. 2025.